**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL**

# EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023

(Processo Administrativo de Licitação nº 12/2023)

O Município de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, com sede a Rua João Assink nº 322, Centro, em Bocaina do Sul, estado de Santa Catarina, nesse ato representado por sua Prefeita em exercício ALICE PESSOA CÓRDOVA, e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.679.183/0001-30, com sede na Rua João Assink, 456, Centro, em Bocaina do Sul – SC, neste ato representado pela Secretaria de Saúde e gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sr. MELIANA GOSS SCHLICHTING, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto a **contratação de serviço de transporte dos munícipes de Bocaina do Sul que frequentam curso superior ou técnico na cidade de Lages (ida e volta); transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino que residem no interior de Bocaina do Sul para as unidades públicas de ensino (ida e volta); bem como para a contratação de transporte intermunicipal de passageiros para outras cidades, para atendimento às demandas das diversas secretarias municipais e do fundo municipal de saúde, para todo o exercício financeiro de 2023, cuja contratação se dará nas condições e especificações desse edital e seus respectivos anexos.** Os envelopes de "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua João Assink, 322, Centro. **O Credenciamento será feito a partir das 08h e 30min do dia 13.03.2023. Abertura da sessão será às 08h e 50min do mesmo dia.** A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Federal n.º 10.520/2002, bem como pela Lei Federal n.º 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul, conta-corrente nº 545.746-7, agência 5215-9, do Banco do Brasil, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.bocaina.sc.gov.br>. Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço [licitacao@bocaina.sc.gov.br](mailto:licitacao@bocaina.sc.gov.br), desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.bocaina.sc.gov.br>., para obter informações sobre essa licitação.

**1 – DO OBJETO**

1.1 – A presente licitação tem por objeto **contratação de serviço de transporte dos munícipes de Bocaina do Sul que frequentam curso superior ou técnico na cidade de Lages (ida e volta); transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino que residem no interior de Bocaina do Sul para as unidades públicas de ensino (ida e volta); bem como para a contratação de transporte intermunicipal de passageiros para outras cidades, para atendimento às demandas das diversas secretarias municipais e do fundo municipal de saúde, para todo o exercício financeiro de 2023, conforme especificações deste Edital** (em especial aos Anexo II e IV), quais todos passam a fazer parte integrante deste Edital.

1.2 Os serviços fornecidos nos termos e condições do edital, poderão ser prestados de parcelada, diária ou mensal, nos termos dos descritivos, de acordo com o solicitado pelas secretarias solicitantes conforme necessidade da Contratante, sendo que as despesas decorrentes de deslocamento do ponto de partida ficarão a cargo exclusivo das Contratadas.

**2 – DA CONSULTA, DAS INFORMAÇÕES E DA AQUISIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS**

2.1 – O processo de licitação, com o Edital e seus anexos, poderá ser consultado sem qualquer custo, por qualquer interessado, junto ao Setor de Licitações, situado no Paço Municipal, localizado na Rua João Assink, 322, Centro do Município de Bocaina do Sul – SC, das 08h às 12h e das 13h às 17h de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

2.2 – Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul, conta corrente nº 545.746-7, agência 5215-9, do Banco do Brasil, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao junto ao sítio <http://www.bocaina.sc.gov.br>.

2.3 – A Pregoeira prestará os esclarecimentos necessários, inclusive os de caráter estritamente técnicos, e responderá às dúvidas e questionamentos suscitados exclusivamente por e-mail, através do endereço [licitacao@bocaina.sc.gov.br](mailto:licitacao@bocaina.sc.gov.br), desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, e confirmados na forma do item 3.4.

2.4 – Os esclarecimentos mais corriqueiros, de maior relevância e acerca da interpretação do edital poderão ser disponibilizados no sítio <http://www.bocaina.sc.gov.br>, ocasião em que seu conteúdo vinculará as decisões da Pregoeira, considerando-se integrantes deste edital, pelo que será responsabilidade do interessado consultar referido sítioantes da participação na licitação.

2.4.1 – Caso a resposta da Pregoeira implique modificação/alteração do edital, proceder-se-á de acordo com o § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

2.5 – Os interessados deverão consultar o sítio da Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul <http://www.bocaina.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Órgão o envio de informações por outro meio.

**3 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

3.1 – As impugnações ao edital deverão ser dirigidas à Pregoeira, por meio do endereço eletrônico [licitacao@bocaina.sc.gov.br](mailto:licitacao@bocaina.sc.gov.br) ou protocoladas no Setor de Licitações, situado no endereço indicado no Preâmbulo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para sessão do pregão.

3.1.1 – Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 3.1.

3.2 – A Pregoeira opinará, de forma fundamentada, pela procedência ou improcedência das impugnações, podendo antes ouvir a Equipe de Apoio, e serão decididas pela Autoridade Superior, em 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da impugnação.

3.3 – A decisão que determinar a modificação dos termos do Edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

3.4 – As mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicado no item 3.1 poderão ser consideradas pelo provedor como *spans* ou não ser recebidas devido a suspeita de ameaça digital. É responsabilidade de o impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (49) 3228-0047, ramal 205, durante o horário de expediente, caso não tenha recebido a confirmação de recebimento imediatamente ao envio.

3.5 – A impugnação não impedirá o impugnante de participar desta licitação até decisão definitiva, salvo se considerado inabilitado ou apresentar as restrições à participação, nos termos deste edital.

3.6 – Quaisquer interessado nesta licitação poderá, mesmo após o prazo do item 3.1, protocolar, sem efeito de recurso, informação de ilegalidades que viciariam este edital, apenas para efeitos de possibilitar à Administração Pública rever seus próprios atos (autotutela).

3.7 – Se procedente e acolhida à impugnação do edital, será comunicada a decisão por meio do sítio [http://www.bocaina.sc.gov.br](HTTP://www.bocaina.sc.gov.br), procedendo-se aos ajustes necessários no edital e designando-se nova data para a realização do certame, publicando-se o aviso nos mesmos meios de divulgação inicialmente utilizados.

**4 – DOS PRAZOS DE VALIDADE DA PROPOSTA, DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS.**

4.1 – O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, período em que os proponentes ficarão obrigados aos seus termos, só sendo liberados dos compromissos decorrentes deste edital se não forem convocados para a contratação neste período.

4.2 – O prazo de vigência do(s) contrato(s) decorrente(s) desta licitação ficará adstrito aos respectivos créditos orçamentários do ano base de 2023.

4.3 – O prazo para a entrega será de acordo com a Minuta Contratual do Anexo IV, parte integrante deste edital.

**5 – DO PAGAMENTO, REAJUSTE, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DE VALORES**

5.1 – O pagamento, reajuste, revisão e atualização de valores serão realizados conforme Minuta Contratual constante no Anexo IV, parte integrante deste edital

.

5.2. Os pagamentos será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias contado(s) após a emissão da nota fiscal e atestado de recebimento dos produtos/serviços;

5.3. O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato e demais Documentos inerentes ao Processo.

5.4. O(s) pagamento(s) poderão ser liberador somente após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação integral de todas as responsabilidades trabalhistas e previdenciárias, inclusive FGTS dos funcionários envolvidos, ficando desde já o ente público isento do recolhimento de quaisquer verbas em eventual reclamação trabalhista.

**6 – DA** **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 – As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrão a conta da dotação assim consignada no orçamento vigente para o Exercício de 2023:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cod** | **Un. Orç** | **Pro ativ** | **Elemento** | **Compl. do Elemento** | **Saldo Dotação R$** |
| 61 | 05.01 | 2021 | 3390 | 33903926000000 | 717.927,50 |
| 62 | 05.01 | 2021 | 3390 | 33903926000000 | 599.675,50 |
| 158 | 05.01 | 2021 | 3390 | 33903926000000 | 71.340,00 |
| 3 | 09.01 | 2084 | 3390 | 33903926000000 | 115.840,00 |
| 31 | 04.01 | 2012 | 3390 | 33903926000000 | 66.290,00 |
| 75 | 05.01 | 2023 | 3390 | 33903926000000 | 146.718,00 |

**7 – DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS**

7.1 – As empresas regularmente constituídas e interessadas em participar da presente licitação deverão atender as condições deste edital e deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios.

7.2 – A participação nesta licitação enseja na aceitação plena das disposições deste edital e de todos os seus anexos.

7.3 – Não poderá participar da presente licitação o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nem a pessoa que seja sócia ou que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com o pregoeira ou qualquer dos membros da equipe de apoio.

7.4 – Não poderão participar da presente licitação também a pessoa que esteja cumprindo a sanção de suspensão temporária do direito de participação em licitação (art. 87, inciso III, da Lei de Licitações); ou de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios (art. 7º da Lei 10.520/2002); ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade após o decurso do prazo mínimo de dois anos (art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/93).

7.5 – O interessado em participar da presente licitação deverá assinar declaração, sob as penas da lei, de acordo com o modelo constante no Anexo VIII, no intuito de provar não estar enquadrado nas situações descritas nos itens 7.3 e 7.4, acima.

7.6 – Não poderá participar da presente licitação pessoa ou empresa com sócio majoritário que tenha sido condenado por ato de improbidade administrativa previsto na Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, pelo prazo fixado na sentença judicial correspondente, pelo que deverá o licitante assinar declaração, sob as penas da lei, de não haver tal impedimento, de acordo com o modelo constante no Anexo VII.

7.7 – **Devido à pandemia de coronavírus (COVID-19)** reconhecida em caráter internacional e em todas as esferas de governo no Brasil, só poderão se fazer presentes à sessão às pessoas que observarem as medidas sanitárias e de saúde em vigência na data da sessão, conforme leis, decretos e regulamentos em vigor (federal, estadual ou municipal), especialmente as dos Decretos Municipais n. 3.062, de 14 de abril de 2020, e n. 3.090, de 1º de junho de 2020, ou outra norma que o altere, sempre disponível no sítio eletrônico do Município informado no preâmbulo (principalmente no que se refere ao **uso obrigatório de máscaras, utilização de higienização pessoal por álcool em gel e distanciamento mínimo de dois metros entre as pessoas)**. O poder público poderá disponibilizar máscaras, álcool em gel e outras medidas ou insumos necessários à realização das sessões deste edital.

7.8 As declarações de que tratam os itens 7.3, 7.4 e 7.5 deverão ser apresentadas juntamente com os documentos relativos ao credenciamento.

**8 – DO CREDENCIAMENTO**

8.1 – Quando o interessado for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar cópia de sua Cédula de Identidade, do ato constitutivo, do estatuto ou do contrato social em vigor, com as alterações contratuais vigentes, onde conste a mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como o objeto social, a qualificação dos atuais sócios e a administração da sociedade, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

8.2 – Caso seja representado por procurador ou preposto, este deverá apresentar procuração ou carta de credenciamento (podendo utilizar o ANEXO IX como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, contendo obrigatoriamente cópia da respectiva Cédula de Identidade do outorgante e outorgado, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 8.1, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

8.3 – O interessado em se credenciar para participar da presente licitação ainda deverá apresentar Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo do ANEXO III.

8.4 – Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 8.1, 8.2 e 8.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

8.5 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pela Pregoeira ou por membro da Equipe de Apoio.

8.6 – As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem valer-se dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, também (fora dos Envelopes nº 01 e 02, referentes respectivamente aos documentos de proposta e habilitação), DECLARAÇÃO (assinada pelo contador da empresa, sob as penas da lei, podendo utilizar o modelo do ANEXO VI deste Edital), ou Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), de que está enquadrada como micro empresa ou empresa de pequeno porte.

8.6.1. Os documentos estabelecidos nesse item devem ser apresentados no ato do credenciamento, ou seja, fora dos envelopes de proposta e/ou habilitação.

8.7 – Nenhuma pessoa, física ou jurídica, poderá representar mais de um licitante.

8.8. No ato do credenciamento, para fins de comprovação da legitimidade daqueles que promoveram as assinaturas dos documentos, bem como para fins de atestar a capacidade postulatória, deveram as licitantes apresentar cópia do ato constitutivo, do estatuto ou do contrato social em vigor, com as alterações contratuais vigentes, devidamente registradas, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, bem como cópia da sua Cédula de Identidade, de quem promoveu as assinaturas dos documentos exigidos no edital (declarações, propostas e credenciamentos).

8.9. Em todas as hipóteses para fins de comprovação das alterações empresarias vigente, deverá à empresa licitante apresentar Copia da Certidão Simplificada emitida pelo órgão registrador ou instrumento compatível, atestando a vigência dos instrumentos apresentados.

8.10. As declarações de que tratam os itens 7.3, 7.4 e 7.5 deverão ser apresentadas juntamente com os documentos relativos ao credenciamento.

8.11. A ausência de credenciamento, ou credenciamento apresentado de forma irregular, impede a representação da empresa nos atos subsequentes dos certames.

8.11.1. Nesse caso poderão ser aceita as propostas, da empresa não credenciada, desde que estejam assinadas comprovadamente por representante legal (estatuto ou contrato social), ficando vedada a pratica de lances.

8.11.2. No caso da proposta ter sido assinada por pessoa não legitima, ou constante em credenciamento irregular, as propostas não serão aceitas, por falta de legitimidade para apresentação de propostas.

8.12. Poderá a pregoeira a seu critério durante a fase de credenciamento e antes do inicio das fases subsequentes, conceder ao representante legal do licitante prazo de entre 10 a 30 minutos para inserção e/ou complementação de documentos apresentado nessa fase (credenciamento). Sendo vedado inserção de documentos nos envelopes denominados Propostas e Documentos.

**9 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES**

9.1 – A entrega dos envelopes nº 01 (proposta) e nº 02 (habilitação) deverão ocorrer no Setor de Licitações, situado no Paço Municipal, na Rua João Assink, 322, Centro, **conforme dia e hora designado no preâmbulo deste edital.**

9.2 – Poderão também ser remetidos os envelopes por correspondência registrada, por sedex, despachados por empresas que prestem serviços similares, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravios, atrasos ou qualquer outro problema na documentação.

9.3 – Poderá ainda os documentos ser entregues pessoalmente à Pregoeira ou a um membro da Equipe de Apoio, no Setor de Licitações, até a hora da sessão referida no preâmbulo, sem qualquer tolerância quanto ao prazo de entrega dos envelopes.

**10 – DA PROPOSTA**

10.1 – A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, lacrado em seus fechos, indevassável, contendo a seguinte indicação:

**MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL/SC**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023.**

**(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)**

**ENVELOPE Nº 02 - "PROPOSTA DE PREÇOS"**

10.2 – A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo as especificações detalhadas dos produtos cotados, segundo as exigências mínimas deste Edital e seus anexos;

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e, se for o caso, da Inscrição Estadual ou Municipal;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços totais, por item; e

e) indicar as marcas dos itens cotados;

f) Informações bancárias para futuros pagamentos (banco, agencia,conta).

10.2.1 – A proposta também deverá ser apresentada em *Pendrive* ou CD através do sistema Betha Compras-Autocotação, disponível para *download* aos licitantes na página [www.betha.com.br](http://www.betha.com.br), nos *link’s* ‘produtos’, ‘atualizações’, ‘sistemas para downloads’, ‘Compras-Autocotação’, facilitando assim o cadastro das propostas ante o elevado número de itens licitados. Maiores informações sobre este procedimento constam no Anexo II.

10.2.2 – **A licitante que não apresentar a proposta também na forma do item ‘10.2.1’ será desclassificada**.

10.3 – Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas;

10.2.3 – Não será obrigatória o cumprimento do item 10.2.2, qual se refere ao sistema AutoCotação, para licitação com numero menor de 05 (cinco) itens.

10.4 – Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital para maior celeridade da análise das propostas e redução de riscos de erros de elaboração das mesmas.

10.5 – Não é obrigatório o comparecimento pessoal ou de representante para acompanhar o processamento da licitação, podendo optar pelo envio dos envelopes na forma do item 8. Nestes casos, porém, o licitante não terá direito de participar da fase de lances sucessivos, nem de apresentar recurso administrativo quanto aos julgamentos da proposta e habilitação, conforme art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei 10.520/2002.

10.6 – Deverão também ser apresentados as informações e documentos solicitados e descritos no termo de Referencia Anexo II desse edital

**11 – DA HABILITAÇÃO**

11.1 – Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, lacrado em seus fechos, indevassável, contendo a seguinte indicação:

**MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL/SC**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023**

**(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)**

**ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"**

11.2 – Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos documentos relacionados nos itens 11.2.1 e 11.2.2.

11.2.1 – Para o licitante que optar por não se fazer presente à sessão e, portanto, não se credenciar na forma do item 8, será necessário constar dentro do envelope de habilitação os documentos necessários à comprovação da HABILITAÇÃO JURÍDICA, consistentes nos documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.3 e 8.6, em via original ou autenticada em cartório ou pela Pregoeira ou membro da Equipe de Apoio.

11.2.2 – A comprovação da REGULARIDADE FISCAL será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede de Licitante;

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual de Santa Catarina;

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do município de Bocaina do Sul;

f) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

g) Prova de Certidão Negativa de Débitos de Trabalhistas (CNDT);

h) Declaração do licitante de que cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos), conforme ANEXO V.

11.3 – Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fax. Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

11.4 – Por força do disposto no art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal (das alíneas “a” a “g” do item “11.2”), mesmo que a documentação apresentada indique alguma restrição.

11.5 – Por força do § 1º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal por microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.5.1 - O benefício de que trata o item 11.5, não se estende a prova de regularidade trabalhista, subitem 11.2.2., do item ‘g’, do presente edital.

11.6 – A microempresa ou a empresa de pequeno porte que não regularizar a documentação relativa à regularidade fiscal, no prazo estabelecido no item “11.5”, decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a presente licitação, conforme § 2º, do art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.7 – A certidão que não constar data de validade expressa será considerada válida por 60 (sessenta) dias a contar de sua emissão.

11.8 – A certidão apresentada com data de validade vencida gera a inabilitação do licitante, salvo item 11.5.

11.9 - A apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC não dispensa o licitante de apresentar os todos os documentos estipulados no edital do respectivo certame, mas substitui os documentos referidos expressamente no CRC cujas datas de validade ainda constem referidas como vigentes.

11.9.1 – Qualquer licitante poderá solicitar ao Pregoeiro que esta consulte as informações disponibilizadas no sistema informatizado Betha Compras quanto aos CRC’s apresentados pelos licitantes, diretamente e durante a sessão de habilitação, e o que se verificar será reduzido a termo na respectiva ata.

11.9.2 – Obriga-se o licitante com CRC a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditiva da habilitação.

**12 – DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

12.1 – No dia, hora e local designados no Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de Credenciamento, conforme disposto no Item 8.

12.2 – Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para a habilitação.

12.2.1. Poderá a pregoeira a seu critério durante a fase de credenciamento e antes do inicio das fases subsequentes, conceder ao representante legal do licitante prazo de entre 10 a 30 minutos para inserção e/ou complementação de documentos apresentado nessa fase (credenciamento). Sendo vedado inserção de documentos nos envelopes denominados Propostas e Documentos.

12.3 – Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

12.4 – Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

12.4.1 – **Será desclassificada a proposta para o item que apresentar valor superior aos valores constantes no anexo II**.

12.4.2 – Não será motivo para a desclassificação quando a proposta omitir informações consideradas necessárias por este edital, mas que já constem no documento de credenciamento ou quando seja possível suprir a falha em prazo a ser fixado pelo Pregoeiro, desde que não se refiram ao preço unitário, marca ou validade, quando exigidos.

12.5 – No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

12.6 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

12.7 – A oferta dos lances deverá ser efetuada, por item, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.

12.7.1 – O licitante deverá adequar o item e dos respectivos itens para que, a cada lance, o valor de cada item corresponda ao valor total do item.

12.8 – Dos lances ofertados não caberá retratação.

12.9 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

12.10 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

12.11 – Finalizada a fase de lances e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preços excessivos, assim considerados aqueles acima do preço máximo fixado pelo edital ou acima do valor de mercado apurado e juntado nos autos do processo.

12.12 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

12.13 – Encerrada a fase de lances sucessivos, caso haja proposta de microempresa ou de empresa de pequeno porte que se mostre igual ou superior em até 05% (cinco por cento) da proposta apresentada com melhor classificação, estas poderão exercer o direito de preferência conferido pelo art. 44, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caso manifestem interesse em apresentar nova proposta que se apresente mais vantajosa para a Administração Pública, cobrindo àquela finalizada e até então melhor classificada.

12.13.1 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1o e 2o do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.14 – Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições de habilitação.

12.15 – No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

12.16 – Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

12.16.1 – Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

12.16.2 – A Pregoeira manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes classificados, pelo prazo de 90 (noventa) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, no prazo de mais 30 (trinta) dias, sob pena de inutilização dos mesmos.

12.17 – Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

**13 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

13.1 – A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

**14 – DAS OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S)**

14.1 – O licitante declarado vencedor e que vier a firmar o contrato decorrente desta licitação fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o(s) acréscimo(s) ou a(s) supressão(ões) que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 65, inciso I, alínea ‘b’ e § 1º, da Lei 8.666/93.

**15 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

15.1 – Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.2 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante de acordo com o item 15.1 importará a decadência do direito de recurso.

15.3 – Caberá, também, recurso administrativo nas hipóteses do art. 109 da Lei 8.666/93, processando-se conforme as determinações desta lei, no que couber.

15.4 – Não sendo interpostos recursos quanto ao julgamento das propostas, ou decididos os recursos, seguirá para a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor, por item, seguindo-se à apresentação do resultado ao Prefeito Municipal para a homologação.

15.5 – O(s) recurso(s), porventura interposto(s), terá(ão) efeito suspensivo quando for referente à habilitação ou inabilitação de licitante e contra o julgamento da proposta.

15.6 – Interposto recurso, proceder-se-á de acordo com os §§ do art. 109 da Lei 8.666/93.

15.7 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, ou o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida ao participar deste certame, sujeitando-se às penalidades do art. 7º da Lei 10.520/2002, consistindo no impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo de multa à adjudicatária de até 10% (dez por cento) sobre o valor do total da(s) sua(s) proposta(s) declarada(s) vencedora(s) e demais cominações da Lei 8.666/93.

15.8 – A interposição de recursos e a apresentação de contrarrazões poderão ser realizadas na formado dos itens 3.1 e 3.4.

15.9. A Impugnação ao ato convocatório poderá ser protocolada no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, e deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, Setor de Licitações e Contratos, aos cuidados da Pregoeira e Equipe de Apoio, obrigatoriamente acompanhado de cópias autenticadas do Ato Constitutivo do Outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do Outorgado, nos termos do artigo 41 da Lei 8.666/93 e demais dispositivos e diplomas complementares legais;

15.10. Os recursos administrativos encaminhados via e-mail, a critério da pregoeira e equipe de apoio, poderão ser analisado e atendido, somente posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes conferidos ao signatário e da cópia do documento de identidade do Outorgado, ocasião essa qual será informada em resposta ao e-mail recebido com o recurso;

15.11 - O(s) recurso(s) e/ou impugnação(ões) precluso(s) e intempestivo(s) não será(ão) conhecido(s).

**16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1 – O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.2 – O Município de Bocaina do Sul reserva-se no direito de contratar no todo ou apenas parte dos quantitativos licitados, bem como revogar a presente licitação, sem que caiba a qualquer licitante indenização de qualquer espécie.

16.3 – São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

a) ANEXO I - Credencial;

b) ANEXO II – Termo de Referencia e Descrição dos Itens e Proposta de Preços;

c) ANEXO III - Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;

d) ANEXO IV - Minuta do Contrato;

e) ANEXO V - Declaração do licitante de que cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

f) ANEXO VI – Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

g) ANEXO VII – Declaração de ausência de impedimentos decorrentes da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992 (improbidade administrativa).

h) ANEXO VIII – Declaração de ausência de impedimentos relacionados no art. 9º da Lei 8.666/93 e nos itens 7.3 e 7.4 deste Edital.

16.4 – A ausência das declarações a que se referem os Anexos VII e VIII não gera a inabilitação da licitante, mas, por decorrerem da legislação vigente, serão necessárias para a contratação, pelo que poderão ser apresentadas a qualquer momento, desde o credenciamento até a contratação.

16.5 – Para facilitação dos trabalhos da Pregoeira e Equipe de Apoio os licitantes poderão acrescentar às suas documentações seu endereço completo, número de fax e de telefone, *site*, e e-mail para contato, sem que isso venha a ter qualquer interferência no julgamento das propostas, porém, o e-mail ali informado poderá servir de veículo de comunicação dos atos da Pregoeira.

16.6 – Em caso de divergência de informações, prazos e interpretações, deverá ser considerada aquela mais benéfica ao município.

16.7 - As datas das sessões poderão ser remarcadas para atendimento de interesse do Município, assim como as disposições deste edital poderão ser alteradas, obedecidas às exigências legais para tanto, sem que caiba qualquer indenização ou reclamação dos licitantes.

16.8 – Fica eleito o foro da Comarca de Lages para dirimir qualquer conflito que porventura possa decorrer deste Edital.

Bocaina do Sul, 28 Fevereiro 2023.

**Alice Pessoa Córdova**

**Prefeita Municipal em Exercício**

**ANEXO I**

**CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**Processo Administrativo: 12/2023**

**Pregão Presencial: 05/2023**

À Comissão de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL**

Pela presente, credenciamos o (a) Sr. (a) ....................................................., portador(a) da Cédula de Identidade sob Nr. ..............................., e CPF sob Nr. ......................................, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade acima, instaurado por este órgão público, na qualidade de representante legal da empresa ............................................................, que outorga-lhe os poderes de interpor recurso ou de renunciar ao direito de interposição de recursos, assinar atas e documentos, receber notificações, intimações e de todos os atos necessários à participação no procedimento licitatório.

............................................, ....... de ............................... de ...........

Carimbo do CNPJ

----------------------------------------------------------------------------------

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome:.............................................................................................

**ANEXO II**

**Processo administrativo: 12/2023**

**Pregão Presencial:05/2023**

**A) TERMO DE REFERÊNCIA**

**A) CONSIDERAÇÕES QUANTO ÀS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:**

1. O serviço deverá ser executado pela contratada conforme solicitação da secretaria diretamente interessada, nos prazos, especificações e demais condições previstas no respectivo contrato;
2. Se no curso da contratação, se fizerem necessário, poderá o município solicitar à contratada, informações e/ou comprovações relativas a prestação de serviços.
3. Poderá no curso do contrato, a Contratante solicitar a Contratada licenças e/ou instrumento necessários a comprovação da regularização dos serviços bem como a outros exigidos pela legislação e transito, sendo que a negativa na apresentação poderá ensejar o descumprimento contratual com as consequentes sanções administrativas, nos termos da minuta contratual.
4. Demais especificações contratuais (garantias mínimas, prazos, locais de entrega, pagamento e outras) constam na Minuta Contratual – Anexo IV.
5. Os serviços serão prestados de acordo com o descrito para cada item contratado.
6. Os produtos devem ser entregues de acordo com as seguintes especificações mínimas constantes na Proposta de preço apresentada.
7. Deverá a empresa licitante obter ciência e cumprir todas as condições e disposição contidas na minuta do contrato anexa a esse edital, não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento.

**B) DAS INFORMAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA PROPOSTA PELO SISTEMA DE AUTOCOTAÇÃO**

**As empresas interessadas em participar desta licitação deverão solicitar o arquivo para preenchimento pelo sistema de autocotação referido no item ‘10.2.1’ do edital, por meio do e-mail seguinte e-mail:** [licitacao@bocaina.sc.gov.br](mailto:licitacao@bocaina.sc.gov.br)

**As licitantes são as únicas responsáveis pelo correto preenchimento de suas propostas e pelo correto funcionamento do *hardware* (CD ou *pendrive*), bem como de comunicar imediatamente a Pregoeira (para o e-mail acima informado) de eventual inconsistência ou falha nos arquivos ou sistema disponibilizados.**

**O procedimento para a entrega da cotação dos preços em meio magnético é o seguinte: Entrar no seguinte endereço eletrônico:**

<http://download.betha.com.br> **Clicar em ‘Compras-Autocotação’, e baixar a ‘última versão’.**

**Instalação completa: Nome do arquivo: Completo-AutoCotação-\*\*\*\*\*\*.exe**

**Abrir arquivo, executar e clicar em ‘avançar’ até concluir a instalação.**

**Depois de solicitar o arquivo para o e-mail acima informado, deve-se copiar o arquivo AC\_LICITACAO\_PR\_(NÚMERO DO PREGÃO)\_2023. COT para um CD ou *pendrive* e, em seguida, abrir no Programa Betha AutoCotação.**

**No programa, Arquivo/Abrir/Digitar marcas, valor unitário, salvar e imprimir.**

**Dúvidas, entrar em contato com a Pregoeira, na forma do edital.**

**C) DESCRIÇÃO DOS ITENS, COM ESPECIFICAÇÕES E PREÇO MÁXIMO ADMITIDO PARA AS PROPOSTAS.**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESTADO DE SANTA CATARINA** | | | | | | | | | | | | |  |  |  |  |  |  |  |  | Página: 1/25 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL** | | | | | | | | | | | | | |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 'Relação dos Itens do Processo / Licitação' | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | (Período de 01/01/2023 a 28/02/2023) | | | | | |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | Só MPEs | Item |  | Material | | | | Descrição do Material | | | | | Un.Med. | Qtde do Item |  | Preço Unit. Máximo | |  | Preço Total |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Processo / Ano:** | | **12** | | |  | **/** | **2023** |  | **Licitação:** | **5/2023- PR** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 1 |  | 30245 | | | | Quilometro rodado em viagem intermunicipal, em Ônibus Rodoviário. Qualificação Técnica: Veiculo com capacidade mínima para 46 passageiros sentados, com bancos estofados e reclináveis, banheiro e ar condicionado e com todos os equipamentos de segurança de acordo com a legislação vigente. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os mesmos deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela rota. Utilização: Para transporte de passageiros em viagens de interesse do órgão publico. Cronograma do Roteiro: Referente às viagens de interesse publico o horário será determinado pela contratante (Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul ou demais secretarias) de acordo com sua necessidade. Quanto à contagem da quilometragem inicia-se na saída do veiculo da sede do município e encerra-se no retorno da viagem no município de Bocaina do Sul. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. Quanto a solicitação da viagem: A mesma será feita por meio de emissão de protocolo por parte do Setor de Frotas, com antecedência mínima de 48hrs (quarenta e oito horas). | | | | | KM | 26.000,000 |  | 10,1000 | |  | 262.600,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 2 |  | 30247 | | | | Quilometro rodado em viagem intermunicipal, em Micro – Ônibus. Qualificação Técnica: Veiculo com capacidade mínima para 25 passageiros sentados, com bancos estofados e reclináveis, banheiro e ar condicionado e com todos os equipamentos de segurança de acordo com a legislação vigente. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, e com todos os equipamentos de segurança de acordo com a legislação vigente. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos deverão ter ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos). Utilização: Para transporte de passageiros em viagens de interesse do órgão publico. Cronograma do Roteiro: Quanto a viagens de interesse publico o horário será determinado pela contratante (Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul ou demais secretarias) de acordo com sua necessidade. Quanto à contagem da quilometragem inicia-se na saída do veiculo da sede do município e encerra-se no retorno da viagem no município de Bocaina do Sul. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá apresentar curso de transporte coletivo para transporte de passageiros, apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. Quanto a solicitação da viagem: A mesma será feita por meio de emissão de protocolo por parte do Setor de Frotas, com antecedência mínima de 48hrs (quarenta e oito horas). | | | | | KM | 16.500,000 |  | 8,2000 | |  | 135.300,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 3 |  | 30249 | | | | Quilometro rodado em viagem intermunicipal, em Van. Qualificação técnica: com capacidade mínima para 15 passageiros sentados, com bancos estofados e reclináveis, com todos os equipamentos de segurança de acordo com a legislação vigente. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos deverão ter ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos). Utilização: Para transporte de passageiros em viagens de interesse do órgão publico. Cronograma do Roteiro: Quanto às viagens de interesse publico o horário será determinado pela contratante (Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul ou demais secretarias) de acordo com sua necessidade. Quanto à contagem da quilometragem inicia-se na saída do veiculo da sede do município e encerra-se no retorno da viagem no município de Bocaina do Sul. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá apresentar curso de transporte coletivo para transporte de passageiros, apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. Quanto a solicitação da viagem: A mesma será feita por meio de emissão de protocolo por parte do Setor de Frotas, com antecedência mínima de 48hrs (quarenta e oito horas). | | | | | KM | 17.250,000 |  | 7,2700 | |  | 125.407,50 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 4 |  | 30232 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, não incluindo nenhuma serra. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (04) quatro passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (04) quatro passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Pessegueiros. (referencia Família da Perpetua). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 3.500,000 |  | 10,3600 | |  | 36.260,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 5 |  | 30233 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, não incluindo nenhuma serra, Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, não incluindo nenhuma serra. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (04) quatro passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (04) quatro passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Pessegueiros. (Referencia Família Cruz) Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 3.500,000 |  | 10,3600 | |  | 36.260,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 6 |  | 30234 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, não incluindo nenhuma serra. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (04) quatro passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (04) quatro passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Pessegueiros. (referencia Família Andrade). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 3.500,000 |  | 10,3600 | |  | 36.260,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 7 |  | 30235 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, incluindo serras. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (04) quatro passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (04) quatro passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Pessegueiros. (Referencia Serra Schmedeck). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 3.500,000 |  | 10,8600 | |  | 38.010,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 8 |  | 30236 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, incluindo serras. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (04) quatro passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (04) quatro passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Pessegueiros. (Serra da Pedreira). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 3.500,000 |  | 10,8600 | |  | 38.010,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 9 |  | 30237 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, não incluindo nenhuma serra. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (08) oito passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (08) oito passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Santa Rosa. (referencia Família Paim). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar ou até a Instituição de Ensino que o usuário do transporte estiver matriculado dependendo da determinação da Secretaria de Educação e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 2.000,000 |  | 10,3600 | |  | 20.720,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 10 |  | 30238 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, incluindo serras. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (04) quatro passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (04) quatro passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Campinas. (Referencia Serra do Taquari). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 3.200,000 |  | 10,8600 | |  | 34.752,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 11 |  | 30239 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, incluindo serras. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (04) quatro passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (04) quatro passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Pinheiro Marcado. (Referencia Família Cordova). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 2.150,000 |  | 10,8600 | |  | 23.349,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 12 |  | 30240 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, incluindo serras. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (04) quatro passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (04) quatro passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Pinheiro Marcado. (Referencia Família Jurema). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 2.150,000 |  | 10,8600 | |  | 23.349,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 13 |  | 30241 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, não incluindo serras. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (04) quatro passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (04) quatro passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Pinheiro Marcado. (Referencia Família Juliana). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 2.150,000 |  | 10,3600 | |  | 22.274,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 14 |  | 30242 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, não incluindo serras. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (04) quatro passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (04) quatro passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Capitão Mor. (Referencia Família da Maiara). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 2.150,000 |  | 10,3600 | |  | 22.274,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 15 |  | 30256 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, não incluindo serras. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (08) oito passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (08) oito passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Capitão Mor/Cambará (Referencia Família Henckemaier). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 2.150,000 |  | 10,3600 | |  | 22.274,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 16 |  | 30243 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, não incluindo serras. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (08) oito passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (08) oito passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Capitão Mor/Cambará (Referencia Família Henckemaier). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 2.150,000 |  | 10,3600 | |  | 22.274,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 17 |  | 30244 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: para trajetos em serras. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (04) quatro passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (04) quatro passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Podendo ser em qualquer das serras das diversas localidades do município, conforme a necessidade exclusiva, para transporte de alunos de Escolas Municipal e Estadual, sendo cada viagem ida e volta nos turnos e horários estabelecidos pela Secretaria de Educação. Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 2.200,000 |  | 10,8600 | |  | 23.892,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 18 |  | 30246 | | | | Quilometro rodado em viagem intermunicipal, em Ônibus Rodoviário. Qualificação Técnica: Veiculo com capacidade mínima para 46 passageiros sentados, com bancos estofados e reclináveis, banheiro e ar condicionado e com todos os equipamentos de segurança de acordo com a legislação vigente. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos deverão ter ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos). Utilização: Para o transporte de estudantes universitários e/ou cursos profissionalizantes o transporte será diário de segunda a sexta feira. Cronograma do Roteiro: Quanto ao roteiro, para utilização viagens, com a finalidade educacional de universitários e cursos técnicos o mesmo sairá do município de Bocaina do Sul ás 17hrs: 30 min. (dezessete horas e trinta minutos) e retorno de após ás 22 horas: 10 min. Quanto à contagem da quilometragem inicia-se na saída do veiculo da sede do município e encerra-se no retorno da viagem no município de Bocaina do Sul. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá apresentar curso de transporte coletivo para transporte de passageiros, apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 26.250,000 |  | 10,0700 | |  | 264.337,50 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 19 |  | 30248 | | | | Quilometro rodado em viagem intermunicipal, em Micro - Ônibus. Qualificação Técnica: Veiculo com capacidade mínima para 25 passageiros sentados, com bancos estofados e reclináveis, e ar condicionado e com todos os equipamentos de segurança de acordo com a legislação vigente. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos deverão ter ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos). Utilização: Para o transporte de estudantes universitários e/ou cursos profissionalizantes o transporte será diário de segunda a sexta feira. Cronograma do Roteiro: Quanto ao roteiro, para utilização viagens, com a finalidade educacional de universitários e cursos técnicos o mesmo sairá do município de Bocaina do Sul ás 17hrs: 30 min. (dezessete horas e trinta minutos) e retorno de após ás 22 horas: 10 min. Quanto à contagem da quilometragem inicia-se na saída do veiculo da sede do município e encerra-se no retorno da viagem no município de Bocaina do Sul. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá apresentar curso de transporte coletivo para transporte de passageiros, apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 20.000,000 |  | 8,2000 | |  | 164.000,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 20 |  | 30250 | | | | Quilometro rodado em viagem intermunicipal, em Van. Qualificação técnica: com capacidade mínima para 15 passageiros sentados, com bancos estofados e reclináveis, e com todos os equipamentos de segurança de acordo com a legislação vigente. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos deverão ter ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos). Utilização: Para o transporte de estudantes universitários e/ou cursos profissionalizantes o transporte será diário de segunda a sexta feira. Cronograma do Roteiro: Quanto ao roteiro, para utilização viagens, com a finalidade educacional de universitários e cursos técnicos o mesmo sairá do município de Bocaina do Sul ás 17hrs: 30 min. (dezessete horas e trinta minutos) e retorno de após ás 22 horas: 10 min. Quanto à contagem da quilometragem inicia-se na saída do veiculo da sede do município e encerra-se no retorno da viagem no município de Bocaina do Sul. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá apresentar curso de transporte coletivo para transporte de passageiros, apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 16.250,000 |  | 6,8000 | |  | 110.500,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 21 |  | 30251 | | | | Quilometro rodado em viagem intermunicipal, com a seguinte descrição: Utilização: para transporte de alunos de escolas técnicas agrícolas com sede no município de Rio do Sul - SC. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (10) dez passageiros mais motoristas. Bancos estofados, ar condicionado. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos deverão ter ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos). Cronograma do Roteiro: o mesmo será estabelecido pela Contratante. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá apresentar curso de transporte coletivo para transporte de passageiros, apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 14.000,000 |  | 6,8000 | |  | 95.200,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 22 |  | 30252 | | | | Quilometro rodado em viagem intermunicipal, com a seguinte descrição: Utilização: para transporte de alunos de escolas técnicas agrícolas com sede no município de Rio do Sul - SC. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (06) seis passageiros mais motoristas. Bancos estofados e ar condicionado e com todos os equipamentos de segurança de acordo com a legislação vigente. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos deverão ter ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos). Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela rota. Cronograma do Roteiro: o mesmo será estabelecido pela Contratante. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá apresentar curso de transporte coletivo para transporte de passageiros, apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 14.000,000 |  | 6,8000 | |  | 95.200,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 23 |  | 30253 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, não incluindo nenhuma serra. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (04) quatro passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (04) quatro passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Santa Rosa. (referencia Família Paim). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar ou até a Instituição de Ensino que o usuário do transporte estiver matriculado dependendo da determinação da Secretaria de Educação e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 2.000,000 |  | 10,3700 | |  | 20.740,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 24 |  | 30254 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, não incluindo serras. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (08) oito passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (08) oito passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Capitão Mor. (Referencia Família da Maiara). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 2.150,000 |  | 10,3600 | |  | 22.274,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | 25 |  | 30255 | | | | Preço unitário do KM rodado em estrada de cascalho, conforme descrição abaixo: Utilização: para transporte de alunos para Escolas Municipal e Estadual, não incluindo serras. Qualificação Técnica: o veiculo para o referido transporte deverá ter capacidade mínima para (04) quatro passageiros mais motoristas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro. Os veículos que irão prestar os serviços deverão ter seu ano de fabricação a partir de Janeiro de 2008 (15 anos); Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA. Motorista habilitado com categoria “B” para veículos de até (04) quatro passageiros. Além de outras normas estabelecidas no próprio Edital. Cronograma do Roteiro: Localidade: Capitão Mor/Cambará (Referencia Família Henckemaier). Compreende - se que a contagem da quilometragem deve ser a partir do ponto de partida do primeiro aluno até o ponto de passagem do ônibus escolar, e retorno com igual teor do ponto de passagem do ônibus escolar até o ponto de partida do ultimo aluno a ser deixado, independentemente do local de saída do veiculo que executará tais atividades. Observar as regras de uso do transporte que será estabelecido pela contratante, em intempéries que possam ocorrer durante a execução do contrato vigente. Para Efeito de Contratação: A empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos: Faixas de escolar conforme determina a legislação podendo ser afixada de forma permanente e/ou imã. Relação dos veículos, a serem utilizados, durante a prestação dos serviços estipulados no contrato, cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV). Fotos dos veículos, Solicitar ao Setor responsável do município ou Secretaria de Educação documento que ateste que o veiculo está em conformidade para uso. Havendo substituição do veiculo no curso do processo, este deverá ser submetido a mesma inspeção. Em relação ao motorista o mesmo deverá Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos (art. 329 do C.T.B.). Não possuir nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, conforme Art. 138, Inciso IV do Código de Transito Brasileiro, copia da CNH. | | | | | KM | 2.150,000 |  | 10,3600 | |  | 22.274,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | **TOTAL DO PROCESSO:** | | | **1.717.791,00** | | |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | **TOTAL:** | | | **1.717.791,00** | | |  |

1. Na presente proposta esta inclusa toda incidência de impostos, transportes/deslocamento, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do objeto deste Edital.
2. Os serviços devem serão fornecidos com a devida qualidade, e garantia em conformidade com as normas técnicas vigentes da ABNT/INMETRO ou equivalente, sem prejuízo do Código de Defesa do Consumidor e eventuais normas da ANS e ANVISA E DEMAIS órgãos regulamentadores;
3. Os serviços serão prestados de acordo com a solicitação das secretarias interessadas/solicitantes;
4. Na prestação de serviços deverão atentar-se as disposições contidas no contrato firmando, bem como a todos os dispositivos da descrição dos itens e no edital;
5. Em caso de divergência de informações, prazos e interpretações, deverá ser considerada aquela mais benéfica ao município.

VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (mínimo 60 dias)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DADOS BANCÁRIOS** | | | | |
| Banco |  | | Nº Banco |  |
| Conta |  | Digito | |  |
| Agencia |  | Digito | |  |
| **DADOS ASSINAR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** | | | | |
| Nome |  | | | |
| CPF |  | RG | |  |
| Cargo/Função exercido na Empresa |  | | | |
| Endereço Completo |  | | | |
|  | | | | |

NOTA: A proposta de preços poderá ser apresentada nesta folha-modelo, ou, se preferir, a proponente poderá usar papel próprio, desde que nele constem todos os dados, sem qualquer alteração, apresentados neste modelo; sob pena de desclassificação da proposta na sua forma de julgamento.

**Local e Data**

(assinatura)

**Empresa**

**CNPJ n°**

**ANEXO III**

À Comissão de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL**

**Processo Administrativo: 12/2023**

**Pregão Presencial: 12/2023**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_<RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_\_\_ CNPJ nº \_< xxxxxxxxxxxxxx> \_\_, sediada em \_\_\_\_\_\_\_\_<ENDEREÇO COMERCIAL>\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(Sra.)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF º\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpro plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

< CIDADE/ESTADO>, \_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Carimbo e assinatura

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**Município de Bocaina do Sul**

## *ANEXO IV – MINUTAS DE CONTRATOS*

## *MINUTA DO CONTRATO A SER FIRMADO COM O MUNICIPIO DE BOCAINA DO SUL*

## *PREGÃO Nº 05/2023*

(Vinculado ao Processo Administrativo nº 12/2023)

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE BOCIANA DO SUL, inscrito no CNPJ nº 01.606.852/0001-90, com sede na Rua João Assink, nº 322, Centro Bocaina do Sul-SC, Prefeita em exercício ALICE PESSOA CÓRDOVA,, aqui denominado, simplesmente, CONTRATANTE, ada, simplesmente, CONTRATADA, resolvem celebrar este contrato, e, de outro lado, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr (a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato denominada, simplesmente, CONTRATADA, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Administrativo nº 12/2023, vinculado ao Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023, tendo entre si, como justo e contratado, o que se segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. O presente contrato tem por objeto a contratação de serviço de transporte dos munícipes de Bocaina do Sul que frequentam curso superior ou técnico na cidade de Lages (ida e volta); transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino que residem no interior de Bocaina do Sul para as unidades públicas de ensino (ida e volta); bem como para a contratação de transporte intermunicipal de passageiros para outras cidades, para atendimento às demandas das diversas secretarias municipais e do fundo municipal de saúde, para todo o exercício financeiro de 2023, conforme especificações deste edital pregão 05/2023, de acordo com as especificações do Anexo II e proposta apresentada no mesmo edital que passa a fazer parte integrante deste contrato.

* 1. Os serviços prestados serão entregues conforme necessidade da Contratante, sendo que as despesas decorrentes das referidas serviços ficaram a cargo exclusivo da Contratada.
  2. A relação do objeto do presente contrato são aqueles homologados e adjudicados pela CONTRATANTE, ficam anexo ao presente instrumento como parte integrante.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS E DA PRESTAÇÃO DOS SEVIÇOS**

2.1. A CONTRATADA fornecerá à PREFEITURA os serviços pelo preço correspondente, indicado na tabela em anexo.

2.2. A prestação de serviços deverá ser feita dentro dos estritos padrões de qualidades exigíveis, sendo assim considerada a que esteja conforme a legislação vigente e as disposições deste contrato e do edital a ele vinculado.

2.3. O prazo para o início da prestação dos serviços objeto deste contrato será de no máximo 10 (dez) dias a contar da assinatura do respectivo contrato, e, a partir de então, a prestação dos serviços será de forma continuada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

3.1. O valor global deste Contrato é de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), sendo que a entrega poderá ocorrer, mediante Autorização de Fornecimento a ser emitida pela Contratante, de acordo com os itens homologados para a Contratada.

3.2. As notas fiscais deverão vir acompanhadas da respectiva autorização de fornecimento emitida pela Contratante, devendo os valores dos itens da conta estar de acordo com os valores descrito na homologação e adjudicação do processo Pregão Presencial 05/2023.

3.3. O pagamento pela CONTRATANTE à CONTRATADA será efetuado pela Tesouraria em até 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação da nota fiscal com o comprovante de recebimento realizado de acordo com as cláusulas deste instrumento e com as disposições do Edital do Pregão Presencial 12/2023, e poderá ser efetuado mediante cheque, depósito bancário ou transferência para a seguinte conta-corrente, de titularidade da CONTRATADA: conta-corrente nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; agência \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; Banco \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

3.4. O preço da nota fiscal só será pago se corresponderem ao indicado na CLÁUSULA PRIMEIRA para cada item, assim como às exigências da cláusula 2.2, não se responsabilizando a PREFEITURA por despesas com encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, responsabilidades administrativas (multas), civis (inclusive as decorrentes de indenizações pela má prestação dos serviços) ou outras decorrentes de terceiros subcontratados para a entrega e fornecimento de acordo com este contrato, que competem exclusivamente à CONTRATADA.

3.5. Os preços indicados na CLÁUSULA PRIMEIRA serão fixos e irreajustáveis, podendo haver revisão dos preços na hipótese de comprovação dos requisitos do art. 65, II, ‘d’, da Lei 8.666/93.

3.6. No caso de inadimplemento contratual por parte da PREFEITURA, não efetuado o pagamento devido no prazo estabelecido, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores correspondentes às notas fiscais serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, conforme determina o art. 117 da Constituição Estadual.

3.7. É condição para o pagamento o valor constante na Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

3.8. Poderá ainda ser exigido como critério de pagamento que o fornecedor apresente qualquer das licenças, registro ou autorizações mencionadas nesse edital.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4. O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura e seu término ficará adstrito aos respectivos créditos orçamentários do ano base de 2023.

4.1 Poderá o Contrato ser prorrogado, nos termos da Lei 8666/1933 e 10520/2022, se acordados entre as partes e atender aos requisitos legais.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 – As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrão a conta da dotação assim consignada no orçamento vigente para o Exercício de 2023, de acordo com a Secretaria correspondente:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cod** | **Un. Orç** | **Pro ativ** | **Elemento** | **Compl. do Elemento** | **Saldo Dotação R$** |
| 61 | 05.01 | 2021 | 3390 | 33903926000000 | 717.927,50 |
| 62 | 05.01 | 2021 | 3390 | 33903926000000 | 599.675,50 |
| 158 | 05.01 | 2021 | 3390 | 33903926000000 | 71.340,00 |
| 31 | 04.01 | 2012 | 3390 | 33903926000000 | 66.290,00 |
| 75 | 05.01 | 2023 | 3390 | 33903926000000 | 146.718,00 |

**CLÁUSULA SEXTA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

6. A inexecução, parcial ou total, das suas obrigações, sujeitará a CONTRATADA às sanções dispostas na Lei Federal 8.666/93, nos artigos 77 a 80, 86, 87 e 88, e no art. 7º da Lei 10.520/2002, além do pagamento de multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, mais 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do pedido, por dia de atraso, em relação à data prevista para a entrega dos produtos nele referidos, independentemente de outras sanções por perdas e danos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO**

7.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o(s) acréscimo(s) ou a(s) supressão (ões) que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor indicado na cláusula primeira, nos termos do art. 65, inciso I, alínea ‘b’ e § 1º, da Lei 8.666/93.

7.2. Poderá ainda haver alteração nas cláusulas deste contrato nas demais hipóteses previstas no art. 65 da Lei 8.666/93.

7.3. A PREFEITURA reserva-se no direito de adquirir parte ou todos os quantitativos licitados, sem que caiba a qualquer licitante indenização de qualquer espécie.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

8.1 Este contrato poderá ser rescindido, formalmente motivados nos autos do processo de licitação a ele vinculado, assegurado o contraditório e a ampla defesa do contratado, nas hipóteses do art. 78 da Lei de Licitações.

8.2. O presente contrato poderá ainda ser rescindido se motivado por qualquer das hipóteses previstas

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS CONTRATANTES**

9.1. A CONTRATANTE obriga-se ao cumprimento das cláusulas e disposições deste contrato e, especialmente por intermédio da Secretaria de Administração:

1. ao pagamento na forma prevista na CLÁUSULA TERCEIRA;
2. a conferir e certificar, no ato de entrega e recebimento dos serviços, a quantidade entregue e declarada na respectiva nota fiscal e sua compatibilidade com a respectiva solicitação (autorização de fornecimento), bem como a qualidade dos serviços e sua adequação, conforme cláusula 2.2;
3. a não receber nota fiscal apresentada com preenchimento em desacordo com este contrato;
4. a certificar por escrito qualquer descumprimento ou anomalia nos serviços, quantidades, irregularidade ou inadequação da nota fiscal com os preços e demais cláusulas deste contrato, devolvendo a nota fiscal preenchida inadequadamente para que a CONTRATADA tome as medidas cabíveis, podendo conceder prazo razoável para a regularização, sob pena de responder pela inexecução deste instrumento;
5. a fiscalizar o cumprimento deste contrato, sem que, com isto, signifique transferência das responsabilidades da CONTRATADA.

9.1.1. Para viabilizar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula a PREFEITURA designa o(a) servidor(a) Donizete Miranda Amarante para atuar na condição de fiscal deste contrato, e Maiza Becker, na condição de Fiscal Substituto.

9.1.2 O fiscal do contrato poderá, a seu critério devidamente justificado, conceder prazo maior que o previsto na alínea ‘c’ deste item, mediante justificativa plausível apresentada por escrito pela CONTRATADA.

9.1.3. A ausência de recusa no ato de entrega por parte da PREFEITURA não exime a CONTRATADA da responsabilidade de providenciar a substituição dos produtos fornecidos em desacordo com este instrumento, especialmente quando se constatar posteriormente vícios ocultos ou qualquer outra irregularidade.

9.2. A CONTRATADA obriga-se ao cumprimento das cláusulas e disposições deste contrato, e será responsável pela prestação somente de serviços de qualidade, respondendo perante a PREFEITURA e perante terceiros nos casos em que seus serviços ou os serviços que vier a subcontratar causarem danos aos terceiros a que eles se destinam, caso em que ficará obrigada a indenizar todos os danos e prejuízos causados, sejam eles de ordem material ou moral. Obriga-se, ainda, ao seguinte:

1. A cumprir rigorosamente os prazos deste contrato;
2. A entregar os serviços em conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere ao Código de Trânsito Brasileiro;
3. Providenciar a imediata correção das irregularidades eventualmente apontadas pela Secretaria competente e não reincidir nas mesmas irregularidades, sob pena da aplicação das sanções deste instrumento;
4. Manter atualizados durante toda a vigência do contrato os documentos apresentados por ocasião da habilitação, assim como comunicar a PREFEITURA de eventual impedimento em contratar com o Poder Público, seja ele decorrente do art. 9º da Lei de Licitações, ou da Lei de Improbidade Administrativa, ou de qualquer das hipóteses de impedimento previstas no Edital do Pregão Presencial nº 05/2023 ou que tenha sido objeto das declarações constantes nos anexos deste edital;
5. Responsabilizar-se pela entrega dos serviços acompanhada dos documentos necessários ao recebimento (especialmente a nota fiscal);
6. Obter as licenças legalmente exigíveis, especialmente no que se refere à legislação de trânsito para o transporte escolar (especial mente os arts. 136 e 138 do CTB) ou, nos demais casos, o CRC perante o DETER/SC e atendimento à Lei Estadual n. 17.221/2017, no que couber;
7. Contratar somente os motoristas indicados à Prefeitura por ocasião da comprovação da regularidade técnica ou, caso haja necessidade de substituição daqueles profissionais ou de contratação de terceiros, comunicar previamente à PREFEITURA juntando em anexo à comunicação toda a documentação exigida no Edital do Pregão Presencial nº 05/2023 para a regularidade técnica, sob pena de, uma vez constatado o desrespeito a esta cláusula, responder administrativamente pelas sanções fixadas neste contrato, sem prejuízo de eventual responsabilização civil ou criminal, conforme o caso;
8. Contratar seguro complementar (além do DPVAT), por sua conta, com cobertura para caso de morte, invalidez, danos materiais e morais, para todos os passageiros e também para eventuais terceiros lesionados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura deste contrato, com cobertura mínima de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada passageiro ou terceiro lesionado, encaminhando cópia da apólice para a PREFEITURA;
9. Afixar a autorização específica do DETRAN para o transporte objeto deste contrato em parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante (conforme art. 137 do Código de Trânsito Brasileiro), conforme o caso;
10. Em caso de qualquer intercorrência durante quaisquer das viagens, seja por impossibilidade de continuidade, apreensão do veículo, multa, ou quaisquer outras impossibilidades, deverá a Contratada garantir que os passageiros cheguem ao seu destino, mesmo que para isso seja necessário carro adicional, sem qualquer custo para a contratante.
11. É de total responsabilidade do Contratado manter toda a documentação e licenças exigidas para atendimento do objeto contratual, cabendo a referida empresa as providencias que couber;
12. Quando exigido pela legislação, no caso de transporte coletivo, apresentar prova de que todos os motoristas que serão empregados na condução dos veículos de transporte foram aprovados em curso especializado, nos termos do regulamento do CONTRAN (art. 138, inciso V, do CTB);
13. Certificado do Veículo Automotor ou contrato devidamente registrado em caso de locação de veículo de terceiro a ser utilizado no exercício de 2022 por conta e responsabilidade do licitante (art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB);
14. Quando exigido pela legislação vigente, apresentar prova da autorização específica para o transporte objeto deste edital, emitida pelo DETRAN/SC (para efeitos de atendimento dos incisos I a VIII do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro);

p) Comprovação de idade superior a 21 (vinte e um) anos de todos os motoristas que serão empregados na condução dos veículos de transporte (art. 138, inciso I, do CTB);

q) prova da Carteira Nacional de Habilitação que abranja a categoria ‘D’, de todos os motoristas que serão empregados na condução dos veículos de transporte (art. 138, inciso II, do CTB), no caso de transporte com veículos que assim exigir.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA ELEIÇÃO DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Para os casos omissos, aplicar-se-ão subsidiariamente, além das disposições do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023 as disposições da Lei 8.666/93 e da Lei 10.520/2002.

10.2. Fica eleito o foro da Comarca de Lages – SC para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

Bocaina do Sul, \_\_\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CONTRATANTE

Município Bocaina do Sul CONTRATADA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Testemunha: Testemunha:

CPF: CPF:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**Município de Bocaina do Sul**

## *MINUTA DO CONTRATO A SER FIRMADO COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL – SC*

## *PREGÃO Nº 05/2023*

(Vinculado ao Processo Administrativo nº 12/2023)

Pelo presente instrumento, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL – SC, inscrito no CNPJ sob nº 11.679.183/0001-30, com sede na Rua João Assink, 456, Centro, em Bocaina do Sul – SC, representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sr. MELIANA GÓSS SCHLISTING, aqui denominado, simplesmente, CONTRATANTE, e, de outro lado, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr (a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato denominada, simplesmente, CONTRATADA, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Administrativo nº 12/2023, vinculado ao Edital do Pregão Presencial nº 05/2023, tendo entre si, como justo e contratado, o que se segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

* 1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento de contratação de serviço de transporte dos munícipes de Bocaina do Sul que frequentam curso superior ou técnico na cidade de Lages (ida e volta), bem como para a contratação de transporte intermunicipal para outras cidades e de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino que residem no interior de Bocaina do Sul para as unidades públicas de ensino (ida e volta), para o exercício financeiro de 2023, conforme especificações deste edital pregão 05/2023, de acordo com as especificações do Anexo II e proposta apresentada no mesmo edital que passa a fazer parte integrante deste contrato.
  2. Os serviços prestados serão entregues conforme necessidade da Contratante, sendo que as despesas decorrentes das referidas serviços ficaram a cargo exclusivo da Contratada.
  3. A relação do objeto do presente contrato são aqueles homologados e adjudicados pela CONTRATANTE, ficam anexo ao presente instrumento como parte integrante.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

2.1. A CONTRATADA fornecerá à PREFEITURA os serviços pelo preço correspondente, indicado na tabela em anexo.

2.2. A prestação de serviços deverá ser feita dentro dos estritos padrões de qualidades exigíveis, sendo assim considerada a que esteja conforme a legislação vigente e as disposições deste contrato e do edital a ele vinculado.

2.3. O prazo para o início da prestação dos serviços objeto deste contrato será de no máximo 10 (dez) dias a contar da assinatura do respectivo contrato, e, a partir de então, a prestação dos serviços será de forma continuada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

3.1. O valor global deste Contrato é de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), sendo que a entrega poderá ocorrer, mediante Autorização de Fornecimento a ser emitida pela Contratante, de acordo com os item homologados para a Contratada.

3.2. As notas fiscais deveram vir acompanhada da respectiva autorização de fornecimento emitida pela Contratante, devendo os valores dos itens da conta estarem de acordo com os valores descritos na homologação e adjudicação do processo Pregão Presencial 05/2023.

3.3. O pagamento pela CONTRATANTE à CONTRATADA será efetuado pela Tesouraria em até 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação da nota fiscal com o comprovante de recebimento realizado de acordo com as cláusulas deste instrumento e com as disposições do Edital do Pregão Presencial 12/2023, e poderá ser efetuado mediante cheque, depósito bancário ou transferência para a seguinte conta-corrente, de titularidade da CONTRATADA: conta-corrente nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; agência \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; Banco \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

3.4. O preço da nota fiscal só será pago se corresponder ao indicado na CLÁUSULA PRIMEIRA para cada item, assim como às exigências da cláusula 2.2, não se responsabilizando a PREFEITURA por despesas com encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, responsabilidades administrativas (multas), civis (inclusive as decorrentes de indenizações pela má prestação dos serviços) ou outras decorrentes de terceiros subcontratados para a entrega e fornecimento de acordo com este contrato, que competem exclusivamente à CONTRATADA.

3.5. Os preços indicados na CLÁUSULA PRIMEIRA serão fixos e irreajustáveis, podendo haver revisão dos preços na hipótese de comprovação dos requisitos do art. 65, II, ‘d’, da Lei 8.666/93.

3.6. No caso de inadimplemento contratual por parte da PREFEITURA, não efetuado o pagamento devido no prazo estabelecido, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores correspondentes às notas fiscais serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, conforme determina o art. 117 da Constituição Estadual.

3.7. É condição para o pagamento o valor constante na Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

3.8. Poderá ainda ser exigido como critério de pagamento que o fornecedor apresente qualquer das licenças, registro ou autorizações mencionadas nesse edital.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4. O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura e seu término ficará adstrito aos respectivos créditos orçamentários do ano base de 2023.

4.1 Poderá o Contrato ser prorrogado, nos termos da Lei 8666/1933 e 10520/2022, se acordados entre as partes e atender aos requisitos legais.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 – As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrão a conta da dotação assim consignada no orçamento vigente para o Exercício de 2023, de acordo com a Secretaria correspondente:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cod** | **Un. Orç** | **Pro ativ** | **Elemento** | **Compl. do Elemento** | **Saldo Dotação R$** |
| 3 | 09.01 | 2084 | 3390 | 33903926000000 | 115.840,00 |

**CLÁUSULA SEXTA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

6. A inexecução, parcial ou total, das suas obrigações, sujeitará a CONTRATADA às sanções dispostas na Lei Federal 8.666/93, nos artigos 77 a 80, 86, 87 e 88, e no art. 7º da Lei 10.520/2002, além do pagamento de multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, mais 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do pedido, por dia de atraso, em relação à data prevista para a entrega dos produtos nele referidos, independentemente de outras sanções por perdas e danos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO**

7.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o(s) acréscimo(s) ou a(s) supressão (ões) que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor indicado na cláusula primeira, nos termos do art. 65, inciso I, alínea ‘b’ e § 1º, da Lei 8.666/93.

7.2. Poderá ainda haver alteração nas cláusulas deste contrato nas demais hipóteses previstas no art. 65 da Lei 8.666/93.

7.3. A PREFEITURA reserva-se no direito de adquirir parte ou todos os quantitativos licitados, sem que caiba a qualquer licitante indenização de qualquer espécie.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

8.1 Este contrato poderá ser rescindido, formalmente motivados nos autos do processo de licitação a ele vinculado, assegurado o contraditório e a ampla defesa do contratado, nas hipóteses do art. 78 da Lei de Licitações.

8.2. O presente contrato poderá ainda ser rescindido se motivado por qualquer das hipóteses previstas

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS CONTRATANTES**

9.1. A CONTRATANTE obriga-se ao cumprimento das cláusulas e disposições deste contrato e, especialmente por intermédio da Secretaria de Administração:

1. Ao pagamento na forma prevista na CLÁUSULA TERCEIRA;
2. A conferir e certificar, no ato de entrega e recebimento dos serviços, a quantidade entregue e declarada na respectiva nota fiscal e sua compatibilidade com a respectiva solicitação (autorização de fornecimento), bem como a qualidade dos serviços e sua adequação, conforme cláusula 2.2;
3. A não receber nota fiscal apresentada com preenchimento em desacordo com este contrato;
4. A certificar por escrito qualquer descumprimento ou anomalia nos serviços, quantidades, irregularidade ou inadequação da nota fiscal com os preços e demais cláusulas deste contrato, devolvendo a nota fiscal preenchida inadequadamente para que a CONTRATADA tome as medidas cabíveis, podendo conceder prazo razoável para a regularização, sob pena de responder pela inexecução deste instrumento;
5. A fiscalizar o cumprimento deste contrato, sem que, com isto, signifique transferência das responsabilidades da CONTRATADA.

9.1.1 Para viabilizar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula a PREFEITURA designa o(a) servidor(a) Donizete Miranda Amarante para atuar na condição de fiscal deste contrato, e Maiza Becker, na condição de Fiscal Substituto.

9.1.2 O fiscal do contrato poderá, a seu critério devidamente justificado, conceder prazo maior que o previsto na alínea ‘c’ deste item, mediante justificativa plausível apresentada por escrito pela CONTRATADA.

9.1.3. A ausência de recusa no ato de entrega por parte da PREFEITURA não exime a CONTRATADA da responsabilidade de providenciar a substituição dos produtos fornecidos em desacordo com este instrumento, especialmente quando se constatar posteriormente vícios ocultos ou qualquer outra irregularidade.

9.2. A CONTRATADA obriga-se ao cumprimento das cláusulas e disposições deste contrato, e será responsável pela prestação somente de serviços de qualidade, respondendo perante a PREFEITURA e perante terceiros nos casos em que seus serviços ou os serviços que vier a subcontratar causarem danos aos terceiros a que eles se destinam, caso em que ficará obrigada a indenizar todos os danos e prejuízos causados, sejam eles de ordem material ou moral. Obriga-se, ainda, ao seguinte:

1. A cumprir rigorosamente os prazos deste contrato;
2. A entregar os serviços em conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere ao Código de Trânsito Brasileiro;
3. Providenciar a imediata correção das irregularidades eventualmente apontadas pela Secretaria competente e não reincidir nas mesmas irregularidades, sob pena da aplicação das sanções deste instrumento;
4. Manter atualizados durante toda a vigência do contrato os documentos apresentados por ocasião da habilitação, assim como comunicar a PREFEITURA de eventual impedimento em contratar com o Poder Público, seja ele decorrente do art. 9º da Lei de Licitações, ou da Lei de Improbidade Administrativa, ou de qualquer das hipóteses de impedimento previstas no Edital do Pregão Presencial nº 05/2023 ou que tenha sido objeto das declarações constantes nos anexos deste edital;
5. Responsabilizar-se pela entrega dos serviços acompanhada dos documentos necessários ao recebimento (especialmente a nota fiscal);
6. Obter as licenças legalmente exigíveis, especialmente no que se refere à legislação de trânsito para o transporte escolar (especial mente os arts. 136 e 138 do CTB) ou, nos demais casos, o CRC perante o DETER/SC e atendimento à Lei Estadual n. 17.221/2017, no que couber;
7. Contratar somente os motoristas indicados à Prefeitura por ocasião da comprovação da regularidade técnica ou, caso haja necessidade de substituição daqueles profissionais ou de contratação de terceiros, comunicar previamente à PREFEITURA juntando em anexo à comunicação toda a documentação exigida no Edital do Pregão Presencial nº 12/2023 para a regularidade técnica, sob pena de, uma vez constatado o desrespeito a esta cláusula, responder administrativamente pelas sanções fixadas neste contrato, sem prejuízo de eventual responsabilização civil ou criminal, conforme o caso;
8. Contratar seguro complementar (além do DPVAT), por sua conta, com cobertura para caso de morte, invalidez, danos materiais e morais, para todos os passageiros e também para eventuais terceiros lesionados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura deste contrato, com cobertura mínima de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada passageiro ou terceiro lesionado, encaminhando cópia da apólice para a PREFEITURA;
9. Afixar a autorização específica do DETRAN para o transporte objeto deste contrato em parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante (conforme art. 137 do Código de Trânsito Brasileiro), conforme o caso;
10. Em caso de qualquer intercorrência durante quaisquer das viagens, seja por impossibilidade de continuidade, apreensão do veículo, multa, ou quaisquer outras impossibilidades, deverá a Contratada garantir que os passageiros cheguem ao seu destino, mesmo que para isso seja necessário carro adicional, sem qualquer custo para a contratante.
11. É de total responsabilidade do Contratado manter toda a documentação e licenças exigidas para atendimento do objeto contratual, cabendo a referida empresa as providencias que couber;
12. Quando exigido pela legislação, no caso de transporte coletivo, apresentar prova de que todos os motoristas que serão empregados na condução dos veículos de transporte foram aprovados em curso especializado, nos termos do regulamento do CONTRAN (art. 138, inciso V, do CTB);
13. Certificado do Veículo Automotor ou contrato devidamente registrado em caso de locação de veículo de terceiro a ser utilizado no exercício de 2022 por conta e responsabilidade do licitante (art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB);
14. Quando exigido pela legislação vigente, apresentar prova da autorização específica para o transporte objeto deste edital, emitida pelo DETRAN/SC (para efeitos de atendimento dos incisos I a VIII do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro);

p) Comprovação de idade superior a 21 (vinte e um) anos de todos os motoristas que serão empregados na condução dos veículos de transporte (art. 138, inciso I, do CTB);

q) prova da Carteira Nacional de Habilitação que abranja a categoria ‘D’, de todos os motoristas que serão empregados na condução dos veículos de transporte (art. 138, inciso II, do CTB), no caso de transporte com veículos que assim exigir.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA ELEIÇÃO DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Para os casos omissos, aplicar-se-ão subsidiariamente, além das disposições do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2023 as disposições da Lei 8.666/93 e da Lei 10.520/2002.

10.2. Fica eleito o foro da Comarca de Lages – SC para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

Bocaina do Sul, \_\_\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CONTRATANTE

Fundo de Saúde do Município Bocaina do Sul CONTRATADA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Testemunha: Testemunha:

CPF: CPF:

**ANEXO V**

**Processo Administrativo: 12/2023**

**Pregão Presencial: 05/2023**

**Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul**

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_<RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_\_\_ CNPJ nº \_< xxxxxxxxxxxxxx> \_\_, sediada em \_\_\_\_\_\_\_\_<ENDEREÇO COMERCIAL>\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(Sra.)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF º\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARO,** para os devidos fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com “X”, conforme o caso):

( ) não emprega menor de dezesseis anos.

( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2022.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Carimbo e assinatura Representante Legal

**ANEXO VI**

**Processo Administrativo: 12/2023**

**Pregão Presencial: 05/2023**

**Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul**

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(nome/razão social) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n°\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (cargo desempenhado na empresa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local e data:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e assinatura do representante legal da empresa:

RG:

CPF:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local e data:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e assinatura do contador da empresa:

RG:

CPF:

CRC:

**ANEXO VII**

**Processo Administrativo: 12/2023**

**Pregão Presencial: 05/2023**

**Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PREVISTOS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – LEI 8.429, DE 02 DE JUNHO DE 1992.**

(nome/razão social) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n°\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (cargo desempenhado na empresa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, não haver em seu quadro societário nenhum sócio majoritário que esteja impedido de contratar com o poder público por aplicação do art. 12, incisos I, II e III, cumulado com os arts. 9 a 11, da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, assim como, caso venha a ser declarado vencedor da licitação acima referida, com a consequente assinatura do contrato, me comprometo a comunicar o Poder Público caso haja o impedimento acima supervenientemente à assinatura do contrato.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local e data:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e assinatura do representante legal da empresa:

RG:

CPF:

**ANEXO VIII**

**Processo Administrativo: 12/2023**

**Pregão Presencial: 05/2023**

**Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PREVISTOS NO ART. 9º DA LEI 8.666/93 E ITENS 7.3 E 7.4 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 05/2023.**

(nome/razão social) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n°\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (cargo desempenhado na empresa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, não haver impedimento de contratar com o poder público por aplicação do art. 9º da Lei 8.666/93 ou por aplicação do disposto nos itens 7.3 e 7.4 do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023, assim como, caso venha a ser declarado vencedor da licitação acima referida, com a consequente assinatura do contrato, me comprometo, sob as penas da Lei, a comunicar o Poder Público caso surja o impedimento acima supervenientemente à assinatura do contrato.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local e data:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e assinatura do representante legal da empresa:

RG:

CPF: